



CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A E CONTROLADA
 CNPJ: 07.829.836/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2019

Mensagem da Administração
 Senhores Acionistas,

A Administração da Chapecoense Geração S.A. e sua controlada Foz do Chapecó Energia S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de vossas senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, juntamente com o parecer dos auditores independentes.

Estrutura Acionária

O Capital Social da Chapecoense Geração S.A., no valor de R\$ 714.509.342,00 (setecentos e quatorze milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 714.129.342 (setecentas e quatorze milhões, quinhentas e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado da seguinte forma:

Acionistas	Participação
CPFL Geração de Energia S.A. - CPFL-G	51%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	40%
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	9%

O capital social da Foz do Chapecó Energia S.A., no valor de R\$ 714.129.342,00 (setecentos e quatorze milhões, cento e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 714.129.342 (setecentas e quatorze milhões, cento e vinte e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado pela Chapecoense Geração S.A.

Desempenho Operacional

A disponibilidade das unidades geradoras de energia em 2019 foi de 96,65%, superior ao definido na portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 248/2015, determinado em 94,26%.

A usina hidrelétrica Foz do Chapecó possui uma potência instalada de 855 MW e 427,2 MW médios de energia assegurada, correspondentes a 3.742.272 MWh/ano. A geração líquida acumulada em 2019 foi de 3.855.979 MWh. O número foi 3,04% acima da energia assegurada, em função das condições hidrológicas.

Desempenho Econômico e Financeiro

A Foz do Chapecó Energia obteve em 2019 uma receita operacional líquida de R\$ 884,034 milhões, atingindo um EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 685,463 milhões e lucro líquido de R\$ 306,197 milhões.

O saldo de financiamento em dezembro de 2019 é de R\$ 1,052 bilhão e vem sendo amortizado mensalmente. A última parcela de amor-

tização está prevista para 15 de setembro de 2027.

Sistema de Gestão Integrado

A Foz do Chapecó Energia obteve em novembro de 2019, da certificadora *British Standards Institution* (BSI), recomendação para manutenção nas normas ISOs 9001:2015 e 14001:2015 e migração da OHSAS 18001:2007 para a ISO 45001:2018.

Gestão Socioambiental

A Foz do Chapecó Energia mantém o compromisso de cumprir à risca as obrigações estabelecidas no licenciamento ambiental da usina e ir além, promovendo ações que se refletem diretamente na qualidade de vida da população, na preservação da cultura local e no fortalecimento das atividades produtivas tradicionais. Algumas ações se destacaram em 2019 no contexto socioambiental: (i) a empresa aportou, por meio das leis de incentivo fiscal, R\$ 4,049 milhões, em 29 projetos sociais voltados ao desenvolvimento e à inclusão social nos municípios abrangidos pela usina. Entre os destaques estão as ações de contraturno escolar com aulas de dança, teatro e atividades esportivas, abrangendo cerca de mil crianças e adolescentes em três municípios; atividades de melhoria da qualidade de vida e de renda para idosos de três municípios; e espetáculos de teatro, circo e música clássica em diversos municípios abrangidos pela usina; (ii) após dois anos de estudo, foi finalizado o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (Pacuera). O documento foi aprovado pelo Ibama, após a realização de 11 consultas públicas nos municípios abrangidos pela usina; (iii) um novo Plano Básico Ambiental (PBA), adaptado a fase de Operação da usina, também foi aprovado pelo órgão ambiental; (iv) devido a todos os cuidados socioambientais da Foz do Chapecó Energia, a empresa conquistou, no final de 2019, a renovação da Licença de Operação por mais 10 anos.

Pesquisa & Desenvolvimento

Em 2019, a Foz do Chapecó Energia investiu R\$ 10,311 milhões em seu Programa de Pesquisa & Desenvolvimento, dos quais R\$ 3,501 milhões foram destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e R\$ 1,751 milhão alocado no Ministério de Minas e Energia. Outros R\$ 5,059 milhões foram investidos diretamente em projetos junto a Universidades, Centros de Pesquisa e empresas de tecnologia.

Agradecimentos

A Administração da Foz do Chapecó Energia agradece aos seus acionistas, autoridades e órgãos da administração pública, fornecedores e a comunidade residente na região da usina pela confiança depositada na companhia no ano de 2019. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9	363	240.645	184.003	Fornecedores	12	-	-	14.032	12.530
Contas a receber de clientes	6	-	-	114.246	118.636	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	138.759	138.706
Impostos a recuperar	7	1	-	8.686	13.951	Salários e obrigações sociais		-	-	1.653	1.348
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	-	-	-	483	Impostos a recolher	14.a	-	-	6.841	6.096
Dividendos a receber	9	73.087	66.143	-	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	14.b	-	-	115.162	100.650
Despesas antecipadas	8	-	-	14.007	27.702	Provisão para riscos fiscais	17	-	-	12	-
Outros créditos		-	-	1.774	962	Taxas regulamentares	15	-	-	31.921	30.405
				379.358	345.737	Uso do bem público	16	-	-	70.698	68.585
		73.097	66.506			Dividendos declarados	18.c	72.725	66.143	72.725	66.143
								72.725	66.143	451.803	424.463
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	-	60.398	70.767	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	913.308	1.045.401
Impostos a recuperar	7	-	-	8.988	9.147	Uso do bem público	16	-	-	731.113	734.630
Impostos diferidos	23.a	-	-	5.624	9.698	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	17	-	-	2.931	2.961
Despesas antecipadas	8	-	-	-	13.690					1.647.352	1.782.992
Outros créditos		-	-	18.665	15.564						
Investimento	9	1.024.286	989.239	-	-	Patrimônio líquido	18				
Imobilizado	10	-	-	2.254.111	2.313.395	Capital social		714.509	714.509	714.509	714.509
Intangível	11	-	-	396.669	419.059	Reservas de lucros		310.149	275.093	310.149	275.093
		1.024.286	989.239	2.744.455	2.851.320	Total do patrimônio líquido		1.024.658	989.602	1.024.658	989.602
Total do ativo		1.097.383	1.055.745	3.123.813	3.197.057	Total do passivo e patrimônio líquido		1.097.383	1.055.745	3.123.813	3.197.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	19	-	-	884.034	846.501
Custo de geração de energia elétrica	20	-	-	(269.201)	(240.909)
Resultado bruto		-	-	614.833	605.592
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	21	-	-	(7.042)	(6.543)
Honorários da administração	25	-	-	(1.394)	(1.196)
Resultado de equivalência patrimonial	9	306.197	278.496	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas		-	-	52	318
		306.197	278.496	(8.384)	(7.421)
Resultado antes do resultado financeiro		306.197	278.496	606.449	598.171
Receitas financeiras	22	15	-	16.526	24.678
Despesas financeiras	22	(1)	(1)	(164.565)	(205.138)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		306.211	278.495	458.410	417.711
Contribuição social corrente	23	(2)	-	(40.293)	(37.540)
Imposto de renda corrente	23	-	-	(107.834)	(101.738)
Contribuição social diferida	23	-	-	(1.078)	16
Imposto de renda diferido	23	-	-	(2.996)	46
Resultado do exercício		306.209	278.495	306.209	278.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do exercício		306.209	278.495	306.209	278.495
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		306.209	278.495	306.209	278.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção	A destinar		
Saldos em 01 de janeiro de 2018	714.509	62.740	5.151	192.553	-	974.953
Destinação para reserva de retenção	-	-	192.553	(192.553)	-	-
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(197.704)	-	(197.704)	-
Resultado do exercício	-	-	-	278.496	278.496	-
Destinações						
Constituição de reserva legal	-	13.925	-	-	(13.925)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(66.143)	(66.143)
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	198.428	(198.428)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	714.509	76.665	-	198.428	-	989.602
Saldos em 01 de janeiro de 2019	714.509	76.665	-	198.428	-	989.602
Destinação para reserva de retenção	-	-	-	(198.428)	-	-
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	(198.428)	-	(198.428)	-
Resultado do exercício	-	-	-	306.209	306.209	-
Destinações						
Constituição de reserva legal	-	15.310	-	-	(15.310)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(72.725)	(72.725)
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	218.174	(218.174)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	714.509	91.975	-	218.174	-	1.024.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes dos impostos		306.211	278.495	458.410	417.711
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10 e	-	-	86.931	86.189
Equivalência patrimonial	9	(306.197)	(278.496)	-	-
Encargos financeiros, líquidos	13	-	-	96.442	113.427
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		-	-	102	(424)
Resultado baixa de imobilizado		-	-	375	(323)
Atualização monetária da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	17	-	-	(120)	146
Varição monetária e AVP do uso do bem público	16	-	-	67.533	86.941
Rendimento das aplicações financeiras		-	-	(16.309)	(15.729)
		14	(1)	693.364	687.938
Redução (aumento) dos ativos:					
Contas a receber de clientes		-	-	4.390	(8.547)
Impostos a recuperar	2	-	-	5.907	32.426
Imposto diferido		-	-	-	61
Despesas antecipadas		-	-	27.385	27.394
Outros créditos		-	-	(3.913)	1.312
Aumento (redução) dos passivos:					
Fornecedores		-	-	1.502	(6.257)
Salários e obrigações sociais		-	-	305	14
Impostos a recolher		-	-	1.368	(49.555)
Taxas regulamentares		-	-	1.516	2.418
Caixa gerado pelas operações		16	(1)	731.824	687.204
Despesas com juros pagos	13	(1)	-	(93.251)	(105.887)
IRPJ e CSLL pagos		(5)	-	(134.238)	(94.271)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		10	(1)	504.335	487.046
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	10	-	-	(4.437)	(8.256)
Aplicações financeiras		-	-	16.309	48.797
Aquisição de intangível	11	-	-	(1.195)	(11)
Recebimento de dividendos		66.143	64.189	-	-
Recebimento de lucros de exercícios anteriores		198.064	198.032	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		264.207	262.221	10.677	40.530
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de dividendos	18.c	(264.571)	(64.185)	(264.571)	(64.185)
Pagamento de lucros exercícios anteriores		-	(197.704)	-	(197.704)
Pagamento do uso do bem público (UBP)	16	-	-	(68.937)	(65.026)
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	-	-	(135.231)	(134.402)
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	10.369	1.317
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(264.571)	(261.889)	(458.370)	(460.000)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(354)	331	56.642	67.576
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	363	32	184.003	116.427
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		9	363	240.645	184.

de 2010 pelo IBAMA, sendo válida por quatro anos, contados a partir da sua data de expedição.

Em atenção ao disposto na legislação ambiental, nomeadamente o § 4º do artigo 18 da Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, a Foz do Chapecó requereu ao IBAMA a renovação da Licença de Operação da Usina e do Reservatório, 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento, apresentando os relatórios e informações pertinentes (CE-FCE-0076/14-CO, de 24 de abril de 2014).

A princípio, o IBAMA deveria manifestar-se sobre o pedido de renovação dentro desse prazo de 120 (cento e vinte) dias. Contudo, ciente de que nem sempre é viável a análise e atendimento do pedido nesse período, o próprio legislador determinou que, requerida a renovação da Licença de Operação dentro do prazo legal, sua validade fica automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental, conforme § 4º do artigo 18 da Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997.

O IBAMA através do ofício 02001.011426-2016-80 DILIC-IBAMA, de 10 de outubro de 2016, solicitou a apresentação de cronograma para atendimento de exigências administrativas, em continuidade da avaliação do pedido de renovação, o que foi atendido pela Companhia e sua controlada no prazo solicitado, incluindo a elaboração do novo Plano Básico Ambiental (PBA).

Em 15 de outubro de 2019, o IBAMA emitiu Parecer Técnico nº 80/2019 aprovando a 6ª proposta do novo PBA. Desta forma, considerada essa etapa concluída, a Companhia e sua controlada aguardam a emissão da análise de atendimento das condicionantes da LO e posterior renovação dessa licença.

Em 26 de dezembro de 2019, o IBAMA emitiu a 1ª renovação da Licença de Operação de nº 949/2010 com validade de 10 anos.

Contrato de Concessão

A vigência do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 7 de novembro de 2001, podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL (direito discricionário do poder concedente), desde que a concessionária assim o requeira, pelo menos 36 meses antes do final desse prazo.

O Contrato de Concessão também estabelece que seja pago, a título de Uso do Bem Público - UBP, o montante de R\$ 504.000 (base de preços de junho de 2001), em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. Conforme o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, de 4 de dezembro de 2008, o UBP seria pago em 26 anos, ou seja, em 314 parcelas mensais. O início do pagamento ocorreu a partir da entrada em operação comercial da UG1 da UHE Foz do Chapecó, o que ocorreu em outubro de 2010, quando foi efetuado o primeiro pagamento da parcela de UBP. O valor do pagamento é corrigido anualmente, tomando por base uma ponderação da variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, em 40%, e do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, em 60%. O valor atualizado das parcelas mensais é de R\$ 5.892. O saldo desse contrato, ajustado a valor presente, é de R\$ 801.811 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 803.215 em 31 de dezembro de 2018).

Destinação da energia

A energia produzida foi vendida da seguinte forma:

- 40% vendida às empresas CPFL Piratininga de Força e Luz e CPFL Paulista de Força e Luz, no Ambiente de Contratação Regulada- ACR, para o período de 1º de setembro de 2010 a 31 de dezembro de 2027 (PPA - Power Purchase Agreement).
- 60% vendida no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para o período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2041 (CCAR - Contrato de Comercialização no Ambiente Regulado).

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o balanço patrimonial consolidado apresenta capital circulante negativo no montante de R\$ 72.445 (R\$ 78.726 em dezembro de 2018), em função da distribuição de dividendos adicionais (nota 18.c) Conforme estimativas da Administração essa situação será solucionada normalmente através da geração futura de caixa operacional.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de janeiro de 2020.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio de resultado.

b. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da sua controlada integral, Foz do Chapecó Energia S.A. Os principais procedimentos de consolidação foram: (i) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (ii) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial:

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente:

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e sua controlada;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o

reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

• **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão incluídos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui perdas materiais sobre os recebíveis de clientes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos da usina hidrelétrica estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL.

As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados. O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois a Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

e. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revistos no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público - UBP. O registro desta obrigação teve como contrapartida a conta do passivo circulante e não circulante.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- uma provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e sua controlada, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e sua controlada e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e sua controlada em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e sua controlada adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e sua controlada fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e sua controlada não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

g. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

h. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i. Uso do Bem Público (UBP)

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

j. Encargos setoriais

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

(i) Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D

Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

(ii) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 7% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

k. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado cuja obrigação será requerida a ser liquidada e o montante desta é estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando em conta os riscos e as incertezas da obrigação.

l. Ajuste a valor presente

As obrigações de uso do bem público - UBP são atualizadas pela inflação sendo utilizados os índices de IGPM e IPCA. Esses valores são trazidos pelo seu valor presente em virtude de não serem remunerados por taxas de juros reais. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente foi pela taxa média de captação dos financiamentos, e reflete na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua captação de financiamentos. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de uso do

continua...



bem público (passivo) e sua realização é registrada como despesa financeira pela fruição do prazo.

m. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores valores para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia produzida pela Companhia é vendida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo 40% através de Power Purchase Agreement – PPA e 60% através de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado – CCEAR, e possuem características similares, descritas a seguir:

(i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos.

p. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 sem efeitos materiais.

(i) CPC 06 (R2) Arrendamentos

A referida norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isonções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve refletir o efeito da incerteza do tratamento fiscal escolhido em suas demonstrações financeiras. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nestas demonstrações financeiras.

q. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos à vista	9	363	299	1.894
Aplicações financeiras	-	-	240.346	182.109
Total	<u>9</u>	<u>363</u>	<u>240.645</u>	<u>184.003</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, cuja valorização tem como referência as variações do Certificado de Depósito Interbancário – CDI de 98% a 101,8%. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e, por essa razão, foram considerados como equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

Referem-se a aplicações financeiras (conta reserva) classificadas como valor justo por meio do resultado, que foram constituídas com o objetivo de atender condições previstas no contrato de financiamento com o BNDES e do contrato CUST (Custo de Uso do Sistema de Transmissão).

Para o contrato de financiamento do BNDES, a conta reserva foi constituída no valor equivalente a, no mínimo, três vezes a última prestação vincenda do serviço da dívida. O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 53.406 (R\$64.072 em 31 de dezembro de 2018).

Para garantia do pagamento dos encargos do Uso da Transmissão, a Companhia e sua controlada optaram pelo Contrato de Constituição de Garantia - CCG, onde deverá ser mantido em conta especial 110% do valor de um mês do seu pagamento mensal, sendo que esta conta poderá ser utilizada até o final do contrato de concessão, desde que a Companhia e sua controlada estejam cobertas por carta fiança. O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 6.992 (R\$ 6.695 em 31 de dezembro de 2018).

6 Contas a receber de clientes (consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	9.073	15.846
Suprimento de energia elétrica – PPA	40.740	38.073
Suprimento de energia elétrica – CCEAR	64.433	64.717
Total	<u>114.246</u>	<u>118.636</u>

Partes relacionadas (nota explicativa 25)

	31/12/2019	31/12/2018
Outros clientes	69.683	62.164
	44.563	56.472

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 43 dias. Não há títulos vencidos e provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2019 de acordo com as políticas da Companhia.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos de PIS e COFINS*	-	-	16.957	22.590
IRRF sobre aplicação financeira	1	-	678	390
Outros	-	-	39	118
Total	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>17.674</u>	<u>23.098</u>
Circulante	1	-	8.686	13.951
Não circulante	-	-	8.988	9.147

Imposto de renda e contribuição social a compensar

(*) Os créditos de PIS e COFINS, referem-se basicamente a créditos das transações com a CCEE e créditos referente a mudança de regime cumulativo para não cumulativo dos contratos de venda PPA e a controlada da Companhia pretende utilizá-los através de PERDCOMP parte no exercício de 2020.

8 Despesas antecipadas (consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
Seguros	317	321
Repactuação GSF - prêmio de risco hidrológico	13.690	41.071
Total	<u>14.007</u>	<u>41.392</u>
Circulante	14.007	27.702
Não circulante	-	13.690

Os prêmios de seguros são apropriados de acordo com os vencimentos e têm a seguinte composição:

	Vigência	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Seguro de responsabilidade civil	30.05.19 a 30.05.20	13	16
Seguro de riscos operacionais	30.05.19 a 30.05.20	280	283
Seguro de veículos	03.05.19 a 03.05.20	5	7
Seguro D&O	31.08.19 a 31.08.20	18	15
Seguro empresarial	03.03.19 a 03.03.20	1	-
Total		<u>317</u>	<u>321</u>

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Repactuação do Risco Hidrológico

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa Aneel nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Os valores contabilizados são ressarcidos líquidos do prêmio em 54 parcelas a partir de janeiro de 2016.

Movimentação do risco hidrológico de geração em 2019

	Apropriação de seguro	
	31/12/2018	31/12/2019
Risco Hidrológico de Geração	41.071	(27.381)
Total	<u>41.071</u>	<u>(27.381)</u>
Circulante	27.381	13.690
Não circulante	13.690	-

Movimentação do risco hidrológico de geração em 2018

	Apropriação de seguro	
	31/12/2017	31/12/2018
Risco Hidrológico de Geração	68.452	(27.381)
Total	<u>68.452</u>	<u>(27.381)</u>
Circulante	27.381	27.381
Não circulante	41.071	13.690

9 Investimento

Representado por participação societária integral na controlada Foz do Chapecó, cujas principais informações estão demonstradas a seguir:

	Foz do Chapecó	
	31/12/2019	31/12/2018
Quantidade de ações	714.129	714.129
% Participação	100%	100%
Ativo	3.123.803	3.196.694
Passivo	2.099.517	2.207.455
Patrimônio líquido	<u>1.024.286</u>	<u>989.239</u>

	Foz do Chapecó	
	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	884.034	846.501
Lucro líquido do período	306.197	278.496

A movimentação dos investimentos exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Saldo	Saldo
Saldo inicial	989.239	974.919		
Equivalência patrimonial	306.197	278.496		
Distribuição de lucros dos períodos anteriores (a)	(198.428)	(198.033)		
Dividendos declarados	(72.722)	(66.143)		
Saldo no final do período	<u>1.024.286</u>	<u>989.239</u>		

(a) O montante de R\$198.428 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 13 de agosto de 2019, e pago em 27 de setembro de 2019.

(b) O montante de dividendos declarados a receber em aberto em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 73.087 (R\$ 72.722 referente dividendo de 2019 e R\$ 365 de 2018).

10 Imobilizado (consolidado)

a. Composição do imobilizado

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2019		31/12/2018	
		Custo	Saldo líquido	Depreciação	Saldo líquido
Em serviço:					
Terrenos		185.207	185.207		185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%	1.515.839	(279.801)	1.236.038	1.259.430
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,12%	261.883	(51.142)	210.741	216.150
Máquinas e equipamentos	6,24%	839.486	(244.982)	594.504	618.112
Outros	7,23%	3.770	(2.314)	1.456	1.387
		<u>2.806.185</u>	<u>(578.239)</u>	<u>2.227.946</u>	<u>2.280.286</u>
Em curso:					
Terrenos		1.519	-	1.519	1.733
Edificações, obras civis e benfeitorias		88	-	88	6.546
Máquinas e equipamentos		76	-	76	870
Depósitos judiciais (*)		22.774	-	22.774	21.687
Material em Depósito		889	-	889	865
Outros		819	-	819	1.408
		<u>26.165</u>	<u>-</u>	<u>26.165</u>	<u>33.109</u>
Total		<u>2.832.350</u>	<u>(578.239)</u>	<u>2.254.111</u>	<u>2.313.395</u>

(*) Depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriações de terrenos estão em andamento aguardando julgamento.

b. Movimentação do imobilizado em 2019

	31/12/2018		Transfe-rências		31/12/2019	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Em serviço:						
Terrenos	185.207	-	-	-	-	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	1.508.864	-	-	6.975	1.515.839	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.744	-	(3)	142	261.883	-
Máquinas e equipamentos	835.929	56	-	3.501	839.486	-
Outros	3.570	-	(214)	414	3.770	-
	<u>2.795.314</u>	<u>56</u>	<u>(217)</u>	<u>11.032</u>	<u>2.806.185</u>	<u>-</u>
Depreciação acumulada	(515.028)	(63.344)	133	-	(578.239)	-
	<u>2.280.286</u>	<u>(63.288)</u>	<u>(84)</u>	<u>11.032</u>	<u>2.227.946</u>	<u>-</u>

	31/12/2019		31/12/2018	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Em curso:				
Imobilizado em construção	33.109	4.381	(293)	(11.032)
	<u>33.109</u>	<u>4.381</u>	<u>(293)</u>	<u>(11.032)</u>
Total	<u>2.313.395</u>	<u>(58.907)</u>	<u>(377)</u>	<u>-</u>

Indisponibilidade dos bens

De acordo com o artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1997, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, são vinculados a esses serviços, não podendo ser removidos ou alienados, sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador do poder concedente.

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que há garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da autorização, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a Companhia deprecia os seus ativos de acordo com as taxas determinadas pela ANEEL, em que pese à legislação e a Resolução Autorizativa prever a possibilidade da renovação da autorização e indenização dos saldos não depreciados e/ou amortizados.

c. Movimentação do imobilizado em 2018

	31/12/2017		Adições		Baixas		Transfe-rências		31/12/2018	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Em serviço:										
Terrenos	185.207	-	-	-	-	-	-	-	185.207	-
Reservatórios, barragens e adutoras	1.508.864	-	-	-	-	-	-	-	1.508.864	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.744	-	-	-	-	-	-	-	261.744	-
Máquinas e equipamentos	835.929	-	-	-	-	-	-	-	835.929	-
Outros	3.570	130	(87)	-	9	-	-	-	3.570	-
	<u>2.795.262</u>	<u>130</u>	<u>(87)</u>	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</</u>		



ou programa de realocação; (iii) inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido "quórum" especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivos que importem em restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou a seu desenvolvimento tecnológico, restrições de acesso da beneficiária a novos mercados e restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação de financiamento; (iv) extinção da concessão outorgada pela ANEEL para exploração do potencial energético; (v) constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES; (vi) alteração do Acordo de Acionistas da beneficiária sem prévia e expressa anuência do BNDES; (vii) não cumprimento dos contratos de garantia e do contrato de concessão; e (viii) falsidade de declaração e aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista.

Índice de Cobertura da Dívida

Os contratos de financiamento possuem cláusulas que requerem que a controlada mantenha, durante o período de amortização do contrato, índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,2 (um vírgula dois). O coeficiente é calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros pré-estabelecidos no "Anexo VI ao Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos - BNDES/FINEM n.º 4.001.463-0", e nas "Obrigações da beneficiária que pede para apresentar anualmente, para fins de comprovação do cumprimento da meta do índice de cobertura mínimo". O cálculo é realizado anualmente e, em 31 de dezembro de 2019, a controlada apresentou índice de 2,6 (2,3 em 31 de dezembro de 2018) atingindo os índices de Convenants tanto os financeiros quanto os qualitativos.

14 Impostos a recolher (consolidado)

a. Impostos a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
COFINS	5.133	4.883
PIS	1.112	1.056
ICMS	488	-
Outros	108	157
Total	6.841	6.096

b. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda	86.288	75.262
Contribuição social	28.874	25.388
Total	115.162	100.650

15 Taxas regulamentares (consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
Pesquisa e Desenvolvimento	27.860	25.706
Taxa de Fiscalização	219	182
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	3.842	4.517
Total	31.921	30.405

16 Uso do Bem Público- UBP

Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo, refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação (direito de outorga), determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2036, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M (40% do saldo) e IPCA (60% do saldo) em novembro de cada ano. O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M e IPCA até 31 de dezembro de 2019.

a. Movimentação do Uso do Bem Público em 2019

	31/12/2018	Pagamento	Atualização monetária e AVP	31/12/2019
Uso do Bem Público - UBP	803.215	(68.937)	67.533	801.811
Circulante	68.585	-	-	70.698
Não circulante	734.630	-	-	731.113

b. Movimentação do Uso do Bem Público em 2018

	31/12/2017	Pagamento	Atualização monetária e AVP	31/12/2018
Uso do Bem Público - UBP	781.300	(65.026)	86.941	803.215
Circulante	64.314	-	-	68.585
Não circulante	716.986	-	-	734.630

17 Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (consolidado)

A Companhia e sua controlada são parte de processos judiciais, de natureza cível, trabalhista e fiscal. A Administração da Companhia e sua controlada, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, conforme movimentação abaixo:

a. Movimentação da Provisão para riscos cíveis e trabalhistas - 2019

	31/12/2018	Monetária	Adição	Reversão	31/12/2019
Riscos trabalhistas	693	37	422	(75)	1.077
Ação indenizatória	2.268	57	8	(479)	1.854
Ação fiscal	-	10	2	-	12
Total	2.961	104	432	(554)	2.943
Circulante	-	-	-	-	12
Não circulante	2.961	-	-	-	2.931

b. Movimentação da Provisão para riscos cíveis e trabalhistas - 2018

	31/12/2017	Monetária	Reversão	31/12/2018
Riscos trabalhistas	681	27	(15)	693
Ação indenizatória	2.559	118	(409)	2.268
Total	3.240	145	(424)	2.961

c. Possível

As ações de risco possível totalizam o montante de R\$ 103.842 (R\$ 50.173 em 31 de dezembro de 2018) e correspondem basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas do reservatório da usina da controlada Foz do Chapecó e a cobranças de encargos setoriais por parte do poder regulatório. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada possuem R\$ 22.774 (R\$ 21.687 em 31 de dezembro de 2018) de depósitos judiciais registrados no ativo imobilizado relacionados a processos de desapropriações, conforme nota explicativa nº 10.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 714.509, representado por 714.509.342 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia e sua controlada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações	Participação - %
CPFL Geração Energia S.A.	364.399.765	51,00
Furnas Centrais Elétricas S.A.	285.803.736	40,00
CEEE-GT Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	64.305.841	9,00
Total	714.509.342	100,00

b. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem constituído reservas de lucros no montante de R\$ 310.149, de acordo com a legislação societária.

Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Retenção

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de fazer face às obrigações decorrentes das operações de financiamentos.

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 13 de agosto de 2019, deliberou-se pela distribuição de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 198.428, conforme disponibilidade de caixa da Companhia e sua controlada.

A destinar

A reserva de lucros a destinar refere-se ao saldo remanescente dos lucros do exercício de 2019, à disposição da Assembleia Geral Ordinária.

Em Assembleia Geral Ordinária datada de 15 de abril de 2019 deliberou-se a destinação do montante de R\$ 198.428 para reserva de retenção com a finalidade de adequar os recursos da Companhia e sua controlada ao orçamento de 2019.

c. Dividendos declarados

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Lucro líquido do exercício	306.209
Reserva legal - 5%	(15.310)
Base de cálculo de dividendos	290.899
Dividendos propostos - 25%	72.725

A seguir a movimentação de dividendos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Distribuição de reservas de lucros	66.143
Pagamento dividendos mínimos obrigatórios	198.428
Pagamento dividendos adicionais	(198.428)
Dividendos propostos 2019	72.725
Saldo em 31 de dezembro de 2019	72.725

O valor dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018 no montante de R\$ 66.143 foram pagos aos acionistas em maio de 2019 e os dividendos adicionais no montante de R\$ 198.428 foram pagos em setembro de 2019.

19 Receita operacional líquida (consolidado)

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida, apresentada na demonstração do resultado do período:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade (MWh)	Valor	Quantidade (MWh)	Valor
Suprimento de energia elétrica - CCEAR (*)	3.648.642,0	568.371	2.268.840,0	544.194
Suprimento de energia elétrica - PPA (**)	127.134,7	422.556	1.513.728,0	420.799
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	1.008.610,9	17.977	1.002.513,5	23.206
	4.784.387,6	1.008.904	4.785.081,5	988.199
Tributos sobre a receita (***)	-	(95.087)	-	(114.129)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(8.814)	-	(8.337)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(20.969)	-	(19.232)
	-	(29.783)	-	(27.569)
Receita operacional líquida	4.784.387,6	884.034	4.785.081,5	846.501

(*) Do valor de R\$ 544.194 em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 1.104 refere-se ao faturamento retroativo de novembro de 2016 a junho de 2018 em decorrência de alteração da alíquota da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, efetuada através do artigo 3, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, conforme descrito na nota 1.

(**)Do valor de R\$ 420.799 em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 37.232 refere-se ao faturamento retroativo de novembro de 2016 a junho de 2018 em decorrência de alteração da alíquota da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, efetuada através do artigo 3, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, conforme descrito na nota 1.

(***)Do valor de R\$ 114.129 em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 3.546 refere-se aos impostos sobre o faturamento retroativo de novembro de 2016 a junho de 2018 em decorrência de alteração da alíquota da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, efetuada através do artigo 3, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, conforme descrito na nota 1.

20 Custo de geração de energia elétrica (consolidado)

a. Energia elétrica comprada para revenda

	31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade (MWh)	Valor	Quantidade (MWh)	Valor
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	163.217,0	(28.220)	400.168,1	(18.513)
Fornecedores diversos de energia elétrica	222.096,2	(44.173)	207.600,0	(38.631)
Crédito PIS/COFINS	-	6.504	-	7.024
Total	385.313,2	(65.889)	607.768,1	(50.120)

b. Custos da produção de energia

	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação e amortização	(86.762)	(86.088)
Pessoal	(4.976)	(4.938)
Serviços de terceiros	(14.037)	(12.648)
Materiais	(653)	(576)
Seguros (nota 8)	(27.381)	(28.130)
Contribuições e patrocínios	(4.049)	(3.789)
Encargos de uso da rede elétrica	(77.312)	(74.419)
Outros	(3.841)	(2.340)
Crédito PIS/COFINS	15.699	22.139
Total	(203.312)	(190.789)

21 Despesas operacionais gerais e administrativas (consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
Serviços de terceiros	(3.718)	(3.904)
Depreciação e Amortização	(169)	(101)
Pessoal	(2.668)	(2.558)
Materiais	(67)	(73)
Outros	(431)	79
Crédito Pis e Cofins	11	14
Total	(7.042)	(6.543)

22 Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	16	-
Rendimento de aplicações financeiras	(1)	-
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	15	-
Despesas financeiras	(1)	(1)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Total	14	(1)

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	16.309	15.729
Rendimento de aplicações financeiras	-	(150)
Atualização de ressarcimento ANEEL	998	10.302
Outras receitas financeiras	(781)	(1.203)
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	16.526	24.678
Despesas financeiras	(96.442)	(104.877)
Encargos sobre empréstimos	(67.533)	(86.941)
Variação monetária e AVP do uso do bem público	(590)	(13.320)
Outras despesas financeiras	(164.565)	(205.138)
Total	(148.039)	(180.460)

23 Imposto de renda e contribuição social (consolidado)

Segue abaixo reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado consolidado:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	458.410	417.711
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota nominal	(155.859)	(142.022)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.658	2.806
Despesa de acordo com a alíquota efetiva	(152.201)	(139.216)
Alíquota efetiva	32%	33%
Corrente	(148.127)	(139.278)
Diferido	(4.074)	62

a. Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, apresentando a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Diferenças temporárias sobre as quais foi constituído IRPJ e CSLL diferidos	26.952	24.835
Pesquisa & desenvolvimento	2.944	2.960
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(14.117)	-
Depreciação fiscal	765	729
PPR - Programa de participação nos resultados	16.544	28.524
Total das diferenças temporárias	34%	34%
Alíquota fiscal vigente	5.624	9.698

• Em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 27 de setembro de 2019, deliberou-se sobre a adoção de depreciação acelerada para apuração do imposto de renda e contribuição social. A adoção foi aplicada em outubro de 2019 e a expectativa de realização é que ocorra até final de 2036, consequentemente a Companhia passará a pagar o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos. O cronograma com a expectativa de realização das diferenças temporárias está demonstrado a seguir:

	31/12/2019
2021	7.333
2022	1.289
2023	1.031
2024-2037	6.891
Total	16.544

24 Transações com partes relacionadas (Consolidado)

Os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota explicativa. Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia, sua controlada e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir e foram realizadas em condições normais de mercado entre as partes para os respectivos tipos de operações.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
CPFL Paulista de Força e Luz	27.288	25.235
CPFL Piratininga de Força e Luz	13.451	12.838
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	6.380	4.906
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	4.456	4.276
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	2.983	2.808
Companhia Energética do Piauí	1.613	1.550
Celg Distribuição S.A.	3.547	3.441
Rio Grande Energia S.A.	-	2.324
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	4.237	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte-COSERN	1.944	1.858
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	1.726	1.425
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	1.658	1.137
Elektrobrás Distribuição Alagoas	369	342
Companhia Jaguarí de Energia	31	24
Total	69.683	62.164



		Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Nota	Valor	Hierarquia	Valor	Hierarquia
Valor justo por meio do resultado:					
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	4	240.346	Nível 2	182.109	Nível 2
Aplicações financeiras vinculadas (*)	5	60.398	Nível 2	70.767	Nível 2
		<u>300.744</u>		<u>252.876</u>	

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	Nota				
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	4	9	363	299	1.894
Contas a receber de clientes	6	-	-	114.246	118.636
Outros créditos		-	-	20.439	16.526
		<u>9</u>	<u>363</u>	<u>134.984</u>	<u>137.056</u>

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	Nota				
Outros Passivos Financeiros:					
Fornecedores	12	-	-	14.032	12.530
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.052.067	1.184.107
Uso do bem público	16	-	-	801.811	803.215
		-	-	<u>1.867.910</u>	<u>1.999.852</u>

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja item "ii");
- Risco de liquidez (veja item "iii"); e
- Risco de mercado (veja item "iv").

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de que a Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco. Também surge da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pela Companhia e por sua controlada como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada. Adicionalmente, 40% de suas vendas de energia são para as Empresas do Grupo CPFL, acionista da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, não há contas a receber ou instrumentos financeiros para os quais foi constituída provisão para perdas esperadas ou com problemas de recuperação.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e sua controlada investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 4),

escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e sua controlada possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir demonstra o prazo de vencimento esperado para os passivos financeiros, contratados pela Companhia e sua controlada, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros e atualizações estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2019.

	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Uso do bem público	16	(5.892)	(11.783)	(53.462)	(73.867)	(77.157)	(1.509.669)	(1.731.829)
Empréstimos e financiamentos	13	(18.196)	(36.402)	(142.759)	(204.533)	(193.676)	(783.011)	(1.378.577)
Fornecedores	12	(14.032)	-	-	-	-	-	-
		<u>(38.120)</u>	<u>(48.185)</u>	<u>(196.221)</u>	<u>(278.400)</u>	<u>(270.833)</u>	<u>(2.292.680)</u>	<u>(3.124.438)</u>

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e sua controlada ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia e sua controlada, não possuem exposição a riscos cambiais.

Risco de taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia e sua controlada, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em fosse mantido nesta data, e que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 4,40% a.a.; TJLP 5,57% a.a.; IGPM 7,32% a.a.). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos abaixo, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos financeiros ativos – Aplicações Financeiras				
CDI				
	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Valor exposto			25%	50%
300.744	Redução da CDI	(90)	(3.376)	(6.661)
Instrumentos financeiros passivos - Financiamento BNDES				
TJLP				
	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Valor exposto			25%	50%
(1.052.067)	Aumento da TJLP	-	(14.650)	(29.308)
Instrumentos financeiros passivos - UBP				
IGPM				
	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Valor exposto			25%	50%
801.811	Aumento do IGPM	-	14.673	29.346

Os índices de CDI, TJLP e IGPM considerados no cenário provável são de: 4,37% a.a., 5,57% a.a. e 7,32% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Cenário II e III Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução ou elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

A Companhia e sua controlada optou por apresentar a análise de sensibilidade relativa ao risco de taxa de juros para cada um de seus instrumentos financeiros expostos a este risco em separado devido ao fato de que estes instrumentos financeiros estão expostos a diferentes indexadores de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros derivativos nem outros ativos de riscos.

(v) Outros riscos

Análise de risco de não renovação da concessão

A controlada Foz do Chapecó detém a concessão para exploração de serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou pelo Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia e sua controlada (nova licitação), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Análise de risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da estratégia entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. A estrutura de capital da controlada é baseada em forte participação do capital de terceiros, tomado com o BNDES para financiamento da construção da UHE Foz do Chapecó. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a controlada monitora permanentemente os níveis de endividamento e fluxos de caixa.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Chapecoense Geração S.A.
 Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Chapecoense Geração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Chapecoense Geração S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores
 A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das

demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base

contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de janeiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
Cristiano Jardim Seguecio
 CRC 2SP014428/O-6
 Contador CRC SP-244525/O-9 T-SC

Parcer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Chapecoense Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela Companhia: I - O Relatório Anual da Administração – Exercício de 2019; II - O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e III - O parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido

em 07 de fevereiro de 2020. Após haver procedido ao exame de todos os documentos citados acima, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, recebendo inclusive, por parte da Administração da Companhia, todos os esclarecimentos julgados necessários, concluiu que as demonstrações financeiras refletem a posição patrimonial e financeira da empresa, manifestando-se, de forma unânime, pela aprovação.

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Chapecoense Geração S.A., e à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes de 28 de janeiro de 2020, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2020.

Conselheiros Fiscais:
Lucas Azevedo Katz Zajd
Tiago da Costa Parreira
Viviane Duarte dos Santos



FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.
 CNPJ 04.591.168/0001-70

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Passivo Circulante	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	240.636	183.640	Fornecedores	11	14.032	12.530
Contas a receber de clientes	6	114.246	118.636	Empréstimos e financiamentos	12	138.759	138.706
Impostos a recuperar	7	8.685	14.434	Salários e obrigações sociais		1.653	1.348
Despesas antecipadas	8	14.007	27.702	Impostos a recolher	13.a	6.841	6.096
Outros créditos		1.774	962	Imposto de renda e contribuição social a recolher	13.b	115.162	100.650
		<u>379.348</u>	<u>345.374</u>	Provisão para riscos fiscais	16	12	-
Não circulante				Taxas regulamentares	14	31.921	30.405
Aplicações financeiras vinculadas	5	60.398	70.767	Uso do bem público	15	70.698	68.585
Impostos a recuperar	7	8.988	9.147	Dividendos declarados	17.c	73.087	66.143
Impostos diferidos	24.a	5.624	9.698			<u>452.165</u>	<u>424.463</u>
Despesas antecipadas	8	-	13.690	Não circulante			
Outros créditos		18.665	15.564	Empréstimos e financiamentos	12	913.308	1.045.401
Imobilizado	9	2.254.111	2.313.395	Uso do bem público	15	731.113	734.630
Intangível	10	396.669	419.059	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	2.931	2.961
		<u>2.744.455</u>	<u>2.851.320</u>			<u>1.647.352</u>	<u>1.782.992</u>
Total do ativo		3.123.803	3.196.694	Patrimônio líquido	17	714.129	714.129
				Capital social		310.157	275.110
				Reservas de lucros		1.024.286	989.239
				Total do patrimônio líquido		3.123.803	3.196.694
				Total do passivo e patrimônio líquido			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua...

Demonstrações de resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais - R\$)			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	18	884.034	846.501
Custo de geração de energia elétrica	19	(269.201)	(249.909)
Resultado bruto		614.833	605.592
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(7.042)	(6.543)
Honorários da administração	24	(1.394)	(1.196)
Outras despesas operacionais, líquidas		52	318
		(8.384)	(7.421)
Resultado antes do resultado financeiro		606.449	598.171
Receitas financeiras	21	16.511	24.678
Despesas financeiras	21	(164.564)	(205.137)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		458.396	417.712
Contribuição social corrente	22	(40.291)	(37.540)
Imposto de renda corrente	22	(107.834)	(101.738)
Contribuição social diferida	22.a	(1.078)	16
Imposto de renda diferido	22.a	(2.996)	46
Resultado do exercício		306.197	278.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais - R\$)			
		31/12/2019	31/12/2018
Resultado do exercício		306.197	278.496
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		306.197	278.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais - R\$)						
	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção	A destinar		
Saldos em 01 de janeiro de 2018	714.129	62.756	5.469	192.565	-	974.919
Destinação para reserva de retenção	-	-	192.565	(192.565)	-	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(198.033)	-	(198.033)	(198.033)
Resultado do exercício	-	-	-	-	278.496	278.496
Destinações						
Constituição de reserva legal	-	13.926	(1)	-	(13.925)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(66.143)	(66.143)
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	198.428	(198.428)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	714.129	76.682	198.428	198.428	-	989.239
Destinação para reserva de retenção	-	-	198.428	(198.428)	-	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(198.428)	-	(198.428)	(198.428)
Resultado do exercício	-	-	-	-	306.197	306.197
Destinações						
Constituição de reserva legal	-	15.310	-	-	(15.310)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(72.722)	(72.722)
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	218.165	(218.165)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	714.129	91.992	218.165	218.165	-	1.024.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais - R\$)			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes dos impostos		458.396	417.712
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9 e 10	86.930	86.189
Encargos financeiros, líquidos	12	96.442	113.427
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		102	(424)
Resultado baixa de imobilizado		375	(323)
Atualização monetária da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	(120)	146
Variação monetária e AVP do uso do bem público	15	67.533	86.941
Rendimento das aplicações financeiras		(16.309)	(15.729)
		693.349	687.939
Redução (aumento) dos ativos:			
Contas a receber de clientes		4.390	(8.547)
Impostos a recuperar		5.908	32.426
Imposto diferido		-	61
Despesas antecipadas		27.385	27.394
Outros créditos		(3.913)	1.312
Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores		1.502	(6.257)
Salários e obrigações sociais		305	14
Impostos a recolher		1.370	(49.555)
Taxas regulamentares		1.516	2.418
Caixa gerado pelas operações		731.812	687.205
Despesas financeiras e juros pagos	12	(93.251)	(105.887)
IRPJ e CSLL pagos		(134.238)	(94.271)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		504.323	487.047
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9	(4.437)	(8.256)
Aplicações financeiras		16.309	48.797
Aquisição de intangível	10	(1.194)	(11)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		10.678	40.530
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	17.c	(66.143)	(64.188)
Pagamento de dividendos adicionais		(198.063)	(198.034)
Pagamento do uso do bem público (UBP)	15	(68.937)	(65.026)
Amortização de empréstimos e financiamentos	12	(135.231)	(134.402)
Aplicações financeiras vinculadas		10.369	1.317
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(458.005)	(460.333)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		56.996	67.244
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	183.640	116.396
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		240.636	183.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria	Conselho de Administração	Contadora
Peter Eric Volf - Diretor Superintendente	Fernando Mano da Silva	Gabriela Cristina Veber
Otávio Luiz Rennó Grilo - Diretor	Rodolfo Nardez Sirol	CRC/SC 029196/O-2
	Vitor Fagali de Souza	
	Cláudio Guilherme Branco de Motta	
	Anderson Lanna Alves Bittencourt	
	Carlos Augusto Tavares de Almeida	

Secretaria Executiva de Comunicação
Publicações Legais



LISTAGEM OFICIAL DOS EDITAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

COMUNICADO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/20. A SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE - SIE, através da Gerência de Licitações e Contratos, **COMUNICA**, aos interessados no PREGÃO PRESENCIAL n.º 011/20, cujo objeto é a Seleção de Empresa de Gerência para execução de Serviços Técnicos de Execução e acompanhamento dos Programas Ambientais previstos para as Obras de Duplicação da Rodovia SC-401, Trecho Interseção SC-405 e Novo Acesso ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz, que fica **marcada NOVA DATA** para recebimento de documentação e propostas para o dia 26 de Março de 2020 até às 14:00 horas. Local: Protocolo Geral do SIE, andar térreo do Edifício das Diretorias, rua Tenente Silveira, 162, Centro, Florianópolis-SC. Abertura: **26/03/2020**, às 14:30 horas, na Sala de Licitações da SIE, no 11º andar no endereço acima mencionado. Local para obtenção do **NOVO Edital**: no "site" sgpe.sea.sc.gov.br, acesse: "CONSULTA DE PROCESSOS" ou no [site www.sie.sc.gov.br](http://www.sie.sc.gov.br) acesse: "Portal de Licitações". Informações sobre o Edital serão prestadas através do email: gelic@sie.sc.gov.br. Florianópolis, 11 de Março de 2020. Thiago Augusto Vieira. Eng. Secretário da SIE.

SIE 00000143/2020

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 0551/2020. Objeto: Aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 15/04/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 29365/2020.

AVISO
 A **CEDRO ENGENHARIA** informa a comunidade de Forquilhas, São José/SC, que realizará detonação de rocha nesta sexta-feira, dia 13/03/2020 entre 16:00 e 17:00 horas na área de lavra da empresa. Dúvidas entrar em contato pelo telefone (48) 3029-3600.

Publicação Legal

PARA ANUNCIAR

LIGUE:

48 3212 4104



Edital de Notificação

REFERENTE À COBRANÇA DE CRÉDITOS INADIMPLIDOS COM RISCO DA UNIÃO OU FUNDOS PÚBLICOS FEDERAIS, CUJA ADMINISTRAÇÃO ESTÁ A CARGO DO BANCO DO BRASIL S.A., COMUNICANDO A PERTINÊNCIA DO CRÉDITO À UNIÃO, VENCIMENTO DE DÍVIDA E INSCRIÇÃO NO CADIN.

O Banco do Brasil S.A., conforme autorização concedida por meio da Portaria do Ministério da Fazenda N.º 202, de 21 de julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União, de 23.07.2004, NOTIFICA O(S) RESPONSÁVEL(IS) POR OPERAÇÃO INADIMPLIDA DE PRONAF, ABAIXO RELACIONADO(S), que a não regularização da operação no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da publicação deste Edital

- a) resultará no encaminhamento do crédito não quitado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, tornando o débito passível de inscrição em Dívida Ativa da União;
- b) tornará o débito passível de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, nos termos da Lei N.º 10.522, de 19.07.2002.

O crédito inadimplido, referente à operação abaixo relacionada, foi contratado com recursos Públicos Federais, sendo crédito de conta e risco da União.

Para a realização dos pagamentos devidos e/ou obtenção de informações a respeito das dívidas, o devedor deverá se dirigir à dependência do Banco responsável pela condução da operação.

NOME	CPF	PARTICIPAÇÃO	N.º OPERAÇÃO
ESPOLIO JOAO FRANCISCO SLACHTA	48937975904	MUTUARIO PRINCIPAL	1670044

Samuel Nonato Mourão Barbosa
 Gerente Geral

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR GERCINO

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO

A Comissão Municipal de Licitações de Major Gercino, faz saber que no Processo Licitatório n.º 09/2020, cujo objeto é a Contratação de Empresa especializada em serviços na área de engenharia/arquitetura em construção de Quadra Poliesportiva no Município de Major Gercino, com a finalidade de proporcionar um ambiente adequado e seguro para as práticas esportivas e de lazer para a comunidade de Major Gercino - SC, de acordo com as especificações do anexo I do edital, que a empresa WDF Serviços Ltda -CNPJ n.º 046924.266/000181, sagrou-se classificada e ganhadora no valor de **R\$ 321.343,42 (trezentos e vinte e um mil, trezentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos)**.

INFORMAÇÕES: As ATA/Decisões e seus anexos poderão ser obtidos através da página do município www.majorgercino.sc.gov.br e/ou setor de licitações de Major Gercino/SC.

Major Gercino, 11 de março de 2020

Valmor Pedro Kammers
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 002/2020/FMD

O Município de Rio do Sul/SC, por meio da Fundação Municipal de Desportos, torna público, que fará realizar na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, n.º 01, Centro, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo **MAIOR OFERTA POR LOTE**, objetivando a **outorga de permissão, inclusive manutenção de toda área do complexo, objetivando o uso da cancha, junto ao Pavilhão Municipal de Bocha, localizado no Bairro Canoas, Município de Rio do Sul/SC, conforme anexos deste edital, e em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei Federal n.º 123/2006 e alterações posteriores, Lei Orgânica de Rio do Sul, Lei Municipal n.º 5.857/2017, Lei Complementar Municipal n.º 53/2000 e demais legislações aplicáveis à matéria.**

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos poderão fazê-lo pelo site: www.riodosul.sc.gov.br no menu **autoatendimento - licitações** ou pelos endereços eletrônicos: jose.deola@riodosul.sc.gov.br / odirlei.farinea@riodosul.sc.gov.br.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 13h30min do dia 13/04/2020, devendo ser protocolados no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 14h00min do dia 13/04/2020, na Sala de Licitações do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 10 de março de 2020.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
 Prefeito Municipal
JEBERTON LUIS FERMINO
 Superintendente da Fundação Municipal de Desportos